



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER Nº 65/2018

Processo: Projeto de Lei nº 55/2018 do Poder Executivo

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo Municipal de Bariri a celebrar convênio com o Município de Itaju, por meio de sua Prefeitura, e dá outras providências".

Autor: Francisco Leoni Neto.

Interessados: Componentes da Comissão de Justiça e Redação.

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada acerca do Projeto de Lei nº 55/2018 do Poder Executivo, que requer autorização deste Legislativo para firmação de convênio.

Após ter sido regularmente apresentado e instruído, foi encaminhado a este Procurador Jurídico para a elaboração de parecer jurídico, o qual não tem caráter vinculante.

FUNDAMENTAÇÃO

a) Da competência legislativa

Em relação ao seu aspecto formal, registre-se não haver vício de constitucionalidade, vez que se trata de matéria de interesse local, tal qual prescreve o art. 31, inciso I da Constituição Federal, com esteio no *princípio do interesse predominante*.

b) Da iniciativa do projeto de lei

Em que pese não haver menção explícita, entendo que o objeto veiculado nesta propositura se enquadra no inciso II do artigo 39 da Lei Orgânica do Município, vez que é da natureza de um convênio¹

¹ Segundo José dos Santos Carvalho Filho, "*consideram-se convênios administrativos os ajustes firmados por pessoas administrativas entre si, ou entre estas e entidades particulares, com*



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

– juntamente com outro ente público ou privado - criar atribuições para a Administração Pública Municipal com vistas à consecução de um fim público.

Dessarte, a iniciativa deste projeto é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

c) Da espécie normativa

Cuida-se de matéria não contida no rol do artigo 35 da Lei Orgânica do Município; logo, seu processo legislativo deve ocorrer via lei ordinária.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo que o Projeto de Lei nº 55/2018 do Poder Executivo é *constitucional e legal*, eis que compatível com a Constituição Federal, com a Constituição Estadual de SP e, por fim, com a Lei Orgânica do Município.

É o parecer, *sub censura*.

Bariri, 11 de dezembro de 2018.

Câmara Municipal de Bariri

Pedro Henrique Carlinhato e Silva
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 356.521